



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1011714-32.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Darci Pereira Costa Napoleão**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DARCI PEREIRA COSTA NAPOLEÃO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, ADHMAR BENETTON JUNIOR, GONÇALO AGRA DE FREITAS, LUIZ HAROLDO BENETTON, também qualificados, alegando tenha aderido ao contrato na modalidade de consórcio a fim de ser contemplado com uma motocicleta Honda NXR 125 BROS ES, tendo assumido o compromisso de pagar 72 parcelas, tendo efetuado o pagamento de R\$ 158,00 no ato de assinatura e 11 parcelas, no valor total de R\$ 2.324,12, porém foi comunicado da suspensão do consórcio pela liquidação extrajudicial da administradora, alegando o descumprimento contratual, por culpa exclusiva das requeridas, pois não será contemplado com o bem, requerendo a rescisão contratual e a restituição dos valores pagos.

A requerida, Agraben Administradora de Consórcios Ltda, contestou a ação, arguindo, em preliminar, a falta de interesse de agir, pelo motivo de o autor não ter se habilitado na liquidação extrajudicial em processo, não havendo, assim, resistência da requerida. No mérito, alegou que a restituição de valores deve observar as disposições contratuais, as quais proíbem a restituição de valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, devendo apenas ser restituído o valor de R\$ 907,64, além disso, argumenta ser indevida a aplicação de juros de mora sobre os débitos da massa liquidanda, por vedação da lei 6.024/74 e caso seja condenada na restituição dos valores, deverá o autor observar o procedimento de habilitação de crédito, sobre os danos morais, alegou que descumprimentos contratuais não são suficientes para causarem danos morais ao indivíduo, não estando demonstrados os danos, mas apenas alegados, requerendo, por fim, a improcedência da ação e a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

A requerida, *Novamoto, Adhmar Benetton Júnior, Gonçalves Agra de Freitas e Luiz Haroldo Benetton* também contestaram a ação, arguindo, em preliminar, a ilegitimidade passiva da *Novamoto*, uma vez que não é ela a responsável pela administração do consórcio, havendo relação jurídica apenas entre autor e a administradora *Agraben*; ainda em preliminar alega ilegitimidade passiva dos demais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

requeridos, na medida em que a responsabilidade dos sócios não ocorre de imediato, somente após a desconsideração da personalidade jurídica, além do que, para ser desconsiderada, é necessário preencher os requisitos do artigo 50 do CC, o que não é o caso, porquanto a requerida *Agraben* ainda não tenha encerrado suas atividades, além do que ainda não se finalizou o processo de liquidação extrajudicial.. No mérito, argumentou reafirmando que administração dos recursos financeiros é de responsabilidade da administradora *Agraben*, sendo sua também a responsabilidade da restituição, requerendo a improcedência da ação.

O autor manifestou-se sobre a contestação da ré, *Agraben*, alegando que a preliminar de falta de interesse não deve prosperar, pois há evidente resistência da requerida e, no mérito, afirma que no caso houve o descumprimento contratual da ré e, assim, deve ser ressarcido integralmente, também afirma serem legais a incidência de juros. Sobre a contestação dos demais requeridos, manifestou-se afirmando que a *Novamoto* é parte legítima, pois comercializava e lucrava com a venda dos referidos consórcios, assim, deve ser considerada como fornecedora e responder solidariamente ao dano causado, devendo ser desconsiderada a personalidade jurídica para a inclusão dos sócios, afirmando, por fim, que são incontroversos os valores pagos pelo autor, requerendo a procedência da ação.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, cumpre considerar não caiba a concessão dos benefícios da justiça gratuita à ré *Agraben*, porquanto, apesar em regime de liquidação extrajudicial, não haja demonstração de insuficiência de recursos para arcar com os encargos processuais, sendo nesse sentido a jurisprudência: *"JUSTIÇA GRATUITA - Pretensão de reforma do indeferimento – Empresa em liquidação extrajudicial – Situação de liquidando que, por si só, não autoriza a concessão do benefício – Necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais – Inteligência da Súmula 481, do Superior Tribunal de Justiça – Hipótese em que não logrou a apelante demonstrar sua efetiva necessidade"*¹.

Com a relação à preliminar de ilegitimidade passiva do réu *Novamoto*, não há como ser acolhida.

Ocorre que se cuida, na espécie, de uma típica relação de consumo, à qual aplicável o disposto no art. 20 do Código de Defesa do Consumidor, a qual *"instituiu uma solidariedade legal em toda a cadeia de fornecedores, organizados para servir ao consumidor"*, e, desse modo, *"Cabe ao consumidor a escolha contra quem irá reclamar"*, pois *"quando o caso é de serviços prestados por muitos fornecedores (unidos entre si ou não), o dever legal de qualidade é de todos"* (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM²³).

Ora, a ré *Novamoto* não apenas intermediava a venda dos contratos, mas era de fato quem promovia esse Consórcio, amparada na personalidade jurídica distinta da

¹ *idem*.

² CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT-SP, p. 569.

³ CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT, SP, p. 310.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

administradora e também ré *Agraben*, cuja premiação era obrigatoriamente voltada à venda de motocicletas no estabelecimento comercial da ré *Novamoto*, razão pela qual a condição de *encadeamento de fornecedores* para a conclusão do negócio de venda está suficientemente demonstrada, impondo a aplicação do disposto no referido art. 20 do Código de Defesa do Consumidor.

Há, portanto, solidariedade ditada pela lei, que deverá ser observada caso procedente a ação pelo seu mérito.

Ainda em relação às preliminares, cumpre igualmente rejeitada a alegação de falta de interesse de agir do autor, na medida em que a resistência de ambas as rés em proceder à restituição dos valores desembolsados pelo autor é mais que clara, com o devido respeito.

Valha-nos lembrar, a possibilidade de que o autor realize a habilitação do seu crédito junto à Massa Liquidanda da ré *Agrobens*, atualmente em regime especial de liquidação extrajudicial, não importa em que deve observar o mesmo procedimento em relação à devedora solidária *Novamoto*, razão pela qual rejeito a preliminar de falta de interesse.

Já com relação à alegada ilegitimidade dos sócios *Adhmar, Gonçalo e Luiz Haroldo*, merece acolhimento, pois, como já evidenciado, são apenas sócios da administradora *Agraben* e são protegidos pela personalidade jurídica que limita a responsabilidade dos sócios perante as dívidas da empresa. Apesar da empresa ter descumprido o referido contrato, há de se observar que ela se encontra em liquidação extrajudicial, onde naturalmente se efetuará o planejamento do pagamento de todos seus credores, de modo seja impossível, no momento, que se efetue a desconsideração da personalidade jurídica, antes mesmo de se saber se os credores não serão contemplados.

No mérito, resta incontroversa a existência do contrato de consórcio bem como sua suspensão, com a consequência da não contemplação do autor enquanto consorciado, não obstante viesse ele cumprindo regulamente sua obrigação em relação aos pagamentos das parcelas, de modo a tornar forçosa a conclusão de que o inadimplemento ocorreu por culpa exclusiva das rés, que devem, assim, restituir integralmente os valores pagos pelo consorciado, nos termos do que vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: "*RESTITUIÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS – Valores que devem ser objeto de devolução integral, ante o manifesto inadimplemento contratual da administradora de consórcios*"⁴.

A restituição é, portanto, devida, nos termos do que a própria autora liquidou, no valor de R\$ 2.324,12, o qual, não tendo sido impugnado pelas rés, fica acolhido.

A correção monetária deverá ser contada pelo índice do INPC da data dos respectivos desembolsos e os juros de mora de 1,0% ao mês a contar da citação.

Não merece acolhimento, vez mais com o devido respeito, a tese de não incidência desses juros de mora, mesmo em relação à ré *Agrabens* e sua condição de Massa Liquidanda, na medida em que a própria Lei nº 6.024/74 condiciona a não incidência desses juros à inexistência de ativo suficiente para o pagamento, questão que somente em sede de execução poderá ser analisada.

⁴ (Apelação 0044063-81.2012.8.26.0005; Relator(a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/11/2015; Data de registro: 09/11/2015)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

A propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENCARGOS MORATÓRIOS. PRECEDENTES DA CORTE. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1.-"Ajuizada ação de adimplemento de obrigação descumprida pela empresa em liquidação, incide a regra processual sobre a mora (art. 219 CPC) e, como consequência, fluem os juros moratórios desde a citação válida" (REsp 48.606/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ 29/08/1994)".⁵

As rés sucumbem em relação aos pedidos de rescisão do contrato e de repetição dos valores recebidos, de modo que deverão arcar com o pagamento do valor equivalente a dois terços (2/3) das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, ficando a cargo do autor o pagamento dos restantes um terço (1/3) dessas verbas em consequência de sua parcial sucumbência em relação aos danos morais.

Isto posto EXTINTO o processo, sem julgamento do mérito, por ilegitimidade passiva de Adhmar Benetton Junior, Gonçalo Agra de Freitas, Luiz Haroldo Benetton, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, cumprindo ao autor arcar com as custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, ficando prejudicada essa condenação enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita; e JULGO PROCEDENTE a presente ação, DOU POR RESCINDIDO o contrato de consórcio nº 237404, Grupo B748, Cota 777, tendo por objeto uma motocicleta Honda NXR 125 BROS ES, no valor de R\$ 8.646,00, firmado entre as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA e o autor DARCI PEREIRA COSTA NAPOLEÃO em 21/03/2015, e em consequência CONDENO as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, solidariamente, a restituir ao autor DARCI PEREIRA COSTA NAPOLEÃO o valor de R\$ 2.324,12 (*dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e doze centavos*), com correção monetária pelo índice do INPC a partir dos respectivos desembolso, e juros moratórios de 1%, ao mês a contar da citação, e CONDENO as rés ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 30 de março de 2017.

Vilson Palaro Júnior
 Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

⁵ *idem*.